

Aristocracia empresarial

Elites são invejadas e, não raro, avaliadas depreciativamente, o que é paradoxal. A despeito do preconceito freqüentemente exibido por alguns donos do poder, o Brasil tem muito a se orgulhar de velhas famílias que estão na origem do capitalismo nacional. Foram empreendedores familiares os que, em grande medida, construíram empresas bem-sucedidas, que ganharam o respeito internacional e que, hoje, suscitam a admiração e a cobiça dos novos membros da *nomenklatura* e de velhos políticos fisiológicos. São elas que produzem a riqueza que alimenta oficialmente os cofres públicos e, oficiosamente, os cofres desses “sócios” indesejáveis.

David Landes, conhecido por duas outras obras – *Prometeu Desacorrentado* e *A Riqueza e a Pobreza das Nações* –, retrata a história dos maiores empreendimentos familiares, do século XVIII à atualidade, em três campos de atividade: a intermediação bancária, teatro de grandes ganhos, mas também de desastres monumentais; a indústria automobilística, que ainda define, com o petróleo, nossa civilização industrial; e os “tesouros da terra” – os barões do petróleo e da siderurgia. São doze dinastias, que nada ficam a dever, ao menos em termos de riqueza e prestígio – apenas, talvez, com um pouco menos de charme e poder –, às famílias monárquicas de tradições seculares.

Quem são? Os Barings, os Rothschilds e os Morgans, para a atividade bancária; Ford, Agnelli, Peugeot, Renault, Citroën e Toyoda, para os veículos; e os Rockefellers, os Guggenheims, os Schulemberger e os Wendels, para os “frutos da terra”.

Ainda que muitos acreditem que empresas familiares sejam inerentemente instáveis, que elas acabam acumulando prejuízos e entrando em crise, em virtude da saga tortuosa que parece acometer a maioria – seguindo o roteiro do avô empreendedor, que faz do filho um milionário, e o neto incompetente que dilapida o patrimônio familiar –, o fato é que a maioria das empresas no mundo atual ainda é de base familiar. A moderna teoria da administração pretende que negócios bem geridos, hoje em dia, são essencialmente de natureza corporativa, com direção profissional e executivos bem pagos, focados exclusivamente nos resultados do trimestre, em vez de caprichos familiares que consomem lucros e diminuem as possibilidades de investimentos inovadores, dado o conservadorismo inerente a descendentes acomodados no sucesso da geração anterior. Landes demonstra, com base não apenas na reconstituição da trajetória de “suas” dinastias, mas também em dados objetivos de balanços, que não é bem assim: empresas familiares podem ser tão bem geridas e inovadoras quanto as grandes corporações. Estruturas gerenciadas podem esconder fabulosas fraudes, como o caso da Enron ainda o demonstrou recentemente.

Começando pelos Barings, Landes retrata sucessos e fracassos das doze dinastias. Nem sempre foi fácil o acesso às fontes. Um biógrafo dos Agnelli, um jornalista inglês do *Financial Times*, relata, por exemplo, que foi hostilizado pela família: ela o chamou de “neocolonialista, racista, agente do Mossad, assecla da extrema-direita do Pentágono”. Com Landes não chegaram a

tanto: algumas o convidaram para suntuosos almoços em castelos franceses. Certos fundadores enganaram despudoradamente acionistas minoritários, outros ficaram conhecidos como “barões ladrões” e alguns ramos desapareceram na voragem da globalização, como a família Baring, que “acabou sufocada pelo próprio sucesso”. Cento e setenta anos depois de ter realizado o maior lucro já obtido em uma única operação – US\$ 150 milhões, em valores de hoje – e após ter sido salvo pelo Bank of England, ao custo atual de US\$ 1 bilhão, graças às suas conexões políticas, o banco Baring soçobrou, vítima de um desses garotos que especulam com derivativos: foi vendido por uma libra a uma companhia de seguros holandesa. Uma dinastia a menos...

Qualquer que seja o futuro das dinastias remanescentes, o mundo, segundo Landes, precisa do capitalismo familiar. Caçadores de fortunas também...

Paulo Roberto de Almeida



Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais

David Landes

Editora Elsevier, 2007, 373 páginas, R\$ 75,00

Brasil e Argentina: reincidentes no erro?

Os autores simbolizam a história dramática dos dois maiores países da América do Sul: vindos da esquerda e da luta pelo socialismo, se naturalizaram no país que os abrigou de uma terrível ditadura. Estão, portanto, preparados para analisar a trajetória do Brasil e da Argentina no contexto das democracias de mercado. A descoberta de realidades políticas similares, ainda que sob roupagens distintas, e o comparatismo inevitável que esse tipo de situação cria permitiram-lhes constatar como os mesmos diagnósticos equivocados feitos por lideranças políticas, lá e aqui, redundam em perda de oportunidades de inserção no atual mundo globalizado.

Roberto Campos costumava dizer que o Brasil é um país que não perde a oportunidade de perder oportunidades. Nessa competição, a Argentina ganha do Brasil: a sua trajetória em direção à decadência foi mais profunda. No caso do Brasil, pode-se aplicar o dito de Mário de Andrade: “Progredir, progredimos um tiquinho, que o progresso também é uma fatalidade”.

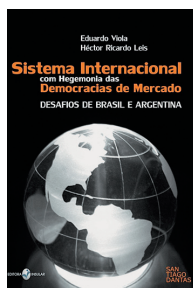
O fato é que, a despeito de uma história singular, que corre em trilhas próprias, Brasil e Argentina reproduzem equívocos similares de políticas públicas cometidos por diferentes regimes políticos ao longo do século XX: a maior parte dos problemas deriva de erros de gestão macroeconômica e de escolhas infelizes das elites nas respostas aos desafios internos e externos.

O livro discute as novas condições da economia global e os padrões atuais de organização política, que os autores chamam de “hegemonia das democracias de mercado”. Eles constatarem como são anacrônicas as demandas de militantes de causas equivocadas, com *slogans* retirados de um já mundo desaparecido nas dobras da história – como os conceitos de “dependência” ou de “anti-imperialismo” –, e que insistem em defender causas que não são mais de vanguarda, sequer progressistas.

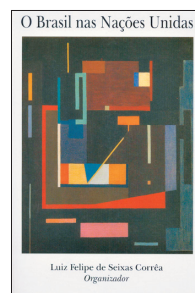
A oposição a reformas que permitiriam inserir mais rapidamente os países da América Latina nas correntes dinâmicas da globalização – reformas política, previdenciária, trabalhista, tributária, sindical ou educacional – não é conservadora; ela é reacionária, em vista dos imensos problemas acumulados em áreas que têm a ver com as perspectivas de emprego, renda e oportunidades de ascensão social de imensas massas ainda hoje excluídas de qualquer possibilidade de inserção produtiva.

Os autores confessam sua decepção com os intelectuais que exibem um agudo senso de anticapitalismo, o que os faz cúmplices objetivos das piores barbaridades cometidas contra os direitos humanos e a democracia, como em certa ilha, por exemplo. Na América Latina, a insistência em velhas soluções, a repetição dos erros do passado, a tendência a encontrar bodes expiatórios no exterior e a alimentar teorias conspiratórias sobre as razões do fracasso local são tão mais surpreendentes quando estão disponíveis boas análises sobre as razões da trajetória errática e da miopia das elites. Este livro constitui um bom diagnóstico e um excelente antídoto intelectual.

Paulo Roberto de Almeida



Sistema Internacional com Hegemonia das Democracias de Mercado: Desafios de Brasil e Argentina
Eduardo Viola e Héctor Ricardo Leis
Editora Insular, 2007, 232 páginas, R\$ 30,00



O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2006
Luiz Felipe de Seixas Corrêa (organizador)
Funag, 2007, 768 páginas, R\$ 62,00

Abrindo as Assembléias

Reedição, revista e sensivelmente ampliada, da coleção de pronunciamentos feitos pelo Brasil na abertura de cada Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), já coletados previamente, até 1995, no livro *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas*. O embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa teve o cuidado de recolocar no contexto histórico essas exposições sobre a postura do Brasil no cenário internacional, examinando as circunstâncias que presidiram a tomada de certas posições. De uma forma geral, os discursos permitem ao pesquisador acompanhar a evolução do pensamento oficial em temas de grande relevância na agenda mundial.

Muitos temas são previsíveis: reforma da Carta, ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, prioridade latino-americana seguida da opção preferencial pela América do Sul, integração regional e apego ao multilateralismo e à solução pacífica de controvérsias. Algumas diferenças transparecem, como as menções às crises financeiras e à globalização, nos governos Fernando Henrique Cardoso, e a ênfase na justiça social e na correção das desigualdades, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Paulo Roberto de Almeida